

# Assentamento Rural: reforma agrária em migalhas

Delma Pessanha Neves - Niterói, RJ, EDUFF, 1997

---

por Rosângela Martins Lage<sup>1</sup>

Analisar as metáforas da reforma agrária - "em migalhas" - significa descortinar processos de mudança que, muito rapidamente, vêm atravessando a vida do homem no campo nestas últimas décadas. De morador, colono, assalariado a assentado todas essas mudanças, na realidade, alteraram a maneira de produzir e reproduzir socialmente. Mas, são mudanças que, no meu ponto de vista não estão dissociadas das transformações societárias, da reestruturação que vem incidindo sobre as diversas dimensões da vida social.

Em "Assentamento rural: reforma agrária em migalhas" Neves procura retratar a experiência de assentamento rural a partir da especificidade que em si ela comporta, mediada e conformada por diversos agentes que se colocaram em cena. Trata-se de uma análise minuciosa sobre o processo de mudança social de trabalhadores rurais assalariados para produtores agrícolas mercantis, na Região Açucareira de Campos, estado do Rio de Janeiro.

O estudo sobre o processo de mudança dos trabalhadores rurais assalariados, a partir da autofalência da usina Novo Horizonte (decretada a 09/05/1985), é significativo porque aborda uma situação de ruptura inédita (até então), num contexto de dominação nas relações de trabalho na região canavieira de Campos. Esta trajetória de *ex-trabalhadores da usina* para *assentados* foi possível a partir da proposta - de terra como forma de pagamento das dívidas trabalhistas - efetuada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRC) como mediador fundamental, investido de uma autoridade pautada na esperança de um novo projeto, numa conjuntura favorável de política de assentamento para reforma agrária. Mediação que,

---

<sup>1</sup> Mestranda em Serviço Social pela PUC/RIO.

reconhecidamente pautada no conjunto de lutas e conquistas já demarcadas, desata princípios reguladores criando novas expectativas e ordenamentos locais. Mas que, por outro lado, abre campo para instituição de uma nova tutela.

O deslocamento começa a aparecer com a quebra das formas de dominação costumeiramente exercidas pelo usineiro como patrão-provedor em relação àqueles trabalhadores subordinados de forma legal e pessoal, nas relações como "morador" no espaço da agroindústria para a posição de devedor. As formas tradicionais de dominação atravessavam desde o próprio processo disciplinar e controle do processo produtivo até à forma de subsistência alimentar, de consumo, moradia, lazer e festa.

Estiveram presentes neste processo de descrédito e desqualificação diversos fatores e interesses em disputa, propiciados a partir de processos judiciais e da denúncia no espaço público, registrados pela imprensa escrita. Inviabilizam-se dois processos de reprodução: a reprodução econômica do *usineiro* enquanto empresário e a reprodução social dos *trabalhadores* de forma *assalariada*. Há um julgamento - econômico, político, social e cultural - que possibilita a redefinição da propriedade e das relações sociais em Novo Horizonte. Rompe-se a condição fundante do favor e da provisão: o direito da propriedade. A quebra do compromisso - da reprodução social dos trabalhadores - coloca-os reconhecidamente em disputa pelos recursos financeiros enquanto atores políticos. A proposta de terra como forma de indenização, embora excludente em relação àqueles que estavam vinculados à área fabril (sob o pressuposto de inadequação ao trabalho agrícola), ganha a adesão de outros segmentos, deslocando-se o campo de luta.

No Programa de Assentamento definido pelo Plano Nacional de Reforma Agrária, aprovado em 1985 (Decreto nº 91.766 - 10.10.85), a operacionalização, pautada no modelo técnico-burocrático e educacional é concebida como articulação de instrumentos, recursos e estratégias onde "*o assentado é pensado como agente em mutação que deve encontrar novos parâmetros de estruturação social*" (1997:74). Trata-se, portanto, de uma 'tutela esclarecida' capaz de eliminar das relações de trabalho a tutela oligárquica do atraso e transmutá-los em produtores mercantis. Desta forma, os trabalhadores são desqualificados pelos mediadores técnicos como culturalmente "*desinformados, desorganizados, desarticulados,*

*despolitizados*" (1997:138) como condição à inserção neste novo padrão de assentado e como pequenos produtores mercantis. Neves, em seu estudo sobre a documentação intitucional, é pertinente quando aponta os limites estreitos da reforma agrária como mera transformação em proprietário, numa lógica que privilegia os resultados econômicos. Mas à base da desqualificação acima mencionada, para além dos fatores apontados pela autora - limites da formação intelectual dos técnicos e da ausência de autonomia para sugestões de propostas dentro do quadro intitucional - está presente a nítida separação emancipadora entre *quem faz* e *quem pensa*, pautada historicamente na divisão social do trabalho.

A autora é crítica em relação ao quadro institucional. Esta crítica refere-se à racionalidade e à objetividade posta em curso na prática dos técnicos e à concorrência que se estabelece entre os agentes das diversas instituições que passam a atuar direta ou indiretamente no campo de trabalho em Novo Horizonte. No cerne de tais concorrências colocava-se a própria legitimidade das práticas institucionais, o reconhecimento e a reprodução num contexto crescente de escassez financeira e, ainda, a questão da hegemonia no campo de relações institucionais. Ao mesmo tempo, são esses técnicos que irão contribuir com uma imagem favorável sobre o processo de assentamento no espaço público.

Todavia, não podemos esquecer que, por trás do *'escritório'* estava inscrito um pacto político (não muito distante) entre latifundiário e capitalista pautado na proposta de uma modernização que rompesse as oligarquias regionais/locais, visíveis no plano de reforma agrária. No que diz respeito à análise sobre as instituições, há uma subestimação do papel dos sujeitos na construção dos processos sociais, superestimando as estruturas como força exterior que esmagam os homens nelas inscritos. Desta forma, as contradições que se estabelecem nas relações sociais entre técnicos e trabalhadores não são apontadas como uma via de mão dupla.

Considerando que se trata de uma pesquisa na perspectiva antropológica, Neves vai incidir sua análise sobre a percepção da ruptura nos modos de vida, reconstruindo o processo onde os atores posicionados de forma diferenciada articulam a experiência social a partir das categorias culturais. Este processo de mudança indica um deslocamento pressupondo uma referência com um padrão de estabilidade - valores, normas e regras - que

vão aparecer “reinterpretados e reapropriados” na nova posição social. Para a autora, a análise dos dispositivos de poder e das representações presentes nas múltiplas instâncias e na dinâmica de ação política do estado propicia a compreensão dos mecanismos que visam a administrar o processo de mudança e a enraizar o *assentado* como modelo idealizado. A ruptura é vista aqui na continuidade da tutela.

Na perspectiva metodológica não há uma preocupação em estabelecer um olhar universalista, mas o microscópico das redes de relações na situação em jogo, “valorizando as articulações e as concomitâncias” (1997:411). Entretanto, a meu ver, esta opção impôs limites, como foi apontado pela própria autora, com a não ultrapassagem da especificidade do campo de relações dos beneficiários da política de assentamento. Tal ultrapassagem só é possível de ser percebida com a superação da descrição do aspecto parcial da história. Outrossim, quando referidas à totalidade histórica das relações sociais que não desconsidera as determinações simples, imediatas e naturais, mas busca perceber, por outra, as diferenças no seio desta unidade. Neste ponto de vista há uma inversão, a predominância metodológica da totalidade sobre os momentos particulares.

O aspecto considerado central neste estudo diz respeito ao papel dos mediadores políticos que viabilizaram o processo de mudança e reproduzem, também, novos mediadores. Segundo Neves, o exercício da mediação só pode ser entendido se referenciado a interesses de significados desiguais delineados pelos agentes em pauta, na intercessão das relações que propõem novas concepções e representações do mundo social. Ou, ainda, mediação compreendida também como um conjunto de idéias, valores e modos de comportamento transmitidos como formas de saber no sentido de serem incorporados nas novas posições, identidades e práticas do ator social.

As entrevistas, de acordo com a autora, revelaram que todos os pesquisados valorizaram a postura de aceitação da situação de desvantagem pelo processo de falência sem chegar à prática do confronto. A permissão ‘oficial’ para sonhar é percebida como reconhecimento do sofrimento e das injustiças enfrentadas por eles. Importando, na análise, saber como esse conjunto de referências sob múltiplas perspectivas estava construindo a nova posição social.

Cabe, contudo, pensar que mesmo para uma região onde a oligarquia política e a tradição de dominação são marcantes, em 1985 *o campo(s) já não é mais o mesmo*. A ruptura não se efetuou apenas com a interrupção do papel de patrão-provedor, mas nas mudanças que vinham ocorrendo nas relações de trabalho: como aquelas que ocorreram com os colonos do café; com os moradores dos canaviais que, com a redução do número de residentes, esvaziaram também a fonte de autoridade e poder do usineiro; e com os trabalhadores assalariados temporários, apontando a quebra de elos tradicionais de reciprocidade e dominação. E, por outro, na breve descrição sobre a experiência de ocupação de terra em Mocotó, ocorrida em 1963, na região do Imbé, a fala dos trabalhadores em Novo Horizonte me leva a supor que as contradições da subalternidade são vividas em duplicidade, na condição de vencido, na dissimulação, no aparente imobilismo, na resistência da memória oculta, no possível e na esperança pela posse da terra. Na explicitação efetuada pela autora sobre a contraposição que impugna e qualifica os diferentes processos de ocupação - Mocotó e Novo Horizonte - a memória silenciada dos observadores, expressa como terceiro personagem está presente um duplo código sob a codificação do vencido: o afirmar e o negar. Inscreve-se simultaneamente na experiência de Novo Horizonte como história de dominação e enquanto possibilidade do devir alternativo.

A análise rica e minuciosa - porque aprofunda as debilidades internas - das redes de relações existentes neste processo de assentamento evidenciou situações que, ao mesmo tempo, disputam e concorrem mas, do ponto de vista da autora, se diferenciam pela intercessão e transversalidade, constituindo representações que irão conformar a nova posição social.